



A “BOA FÉ” NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A DESARTICULAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL EM SÃO GONÇALO DO BAÇÃO, MG

*THE “GOOD FAITH” IN ENVIRONMENTAL LICENSING AND THE SOCIO-SPATIAL IN SÃO
GONÇALO DO BAÇÃO, MG*

*LA “BUENA FE” EN LAS LICENCIAS AMBIENTALES Y DESARTICULACIÓN SOCIOESPACIAL
EN SÃO GONÇALO DO BAÇÃO, MG*

EIXO TEMÁTICO: PAISAGENS, TERRITÓRIOS E ESPAÇOS PÚBLICOS

BARTHOLO, Beatriz Ribeiro

Mestranda; Escola de Arquitetura da UFMG / NPGAU / Grupos MOM e LAGEAR
beatrizrbartholo@gmail.com



A “BOA FÉ” NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL E A DESARTICULAÇÃO DE SÓCIO-ESPACIAL EM SÃO GONÇALO DO BAÇÃO, MG

RESUMO

Esse artigo parte da discussão da reprodução do capital em um contexto extrativista por meio de instrumentos estatais de planejamento e produção do espaço para a análise da desarticulação das formas de reprodução sócio-espacial promovida por processos de licenciamento ambiental de empreendimentos associados à mineração. Apresenta uma análise crítica do comprometimento das relações sócio-espaciais em São Gonçalo do Bação, Quadrilátero Ferrífero/MG, a partir das tentativas de aprovação, legais e paralelas ao licenciamento ambiental, de um Terminal de Minério no povoado histórico. Ainda que as consequências negativas desses acontecimentos possam ser percebidas por meio da interlocução com moradores e do estudo de acontecimentos ao longo de 10 anos, esses desdobramentos se encontram mascarados pelo discurso da “boa fé” da empresa, tornando fundamental a sua análise.

PALAVRAS-CHAVE: planejamento territorial. licenciamento ambiental. grupo sócio-espacial. reprodução sócio-espacial. São Gonçalo do Bação.

ABSTRACT

This article starts from the discussion of the reproduction of capital in an extractive context through state instruments for planning and producing space to analyze the disarticulation of forms of socio-spatial reproduction promoted by environmental licensing processes for enterprises associated with mining. It presents a critical analysis of the compromise of socio-spatial relations in São Gonçalo do Bação, Quadrilátero Ferrífero/MG, based on attempts to obtain legal approval, parallel to environmental licensing, of a Mining Terminal in the historic town. Although the negative consequences of these events can be perceived through dialogue with residents and the study of events over 10 years, these developments are masked by the company's “good faith” discourse, making their analysis essential.

KEYWORDS: territorial planning. environmental licensing. socio-spatial group. socio-spatial reproduction. São Gonçalo do Bação.

RESUMEN

Este artículo parte de la discusión de la reproducción del capital en un contexto extractivo a través de instrumentos estatales de planificación y producción del espacio para analizar la desarticulación de formas de reproducción socioespacial promovidas por los procesos de licenciamiento ambiental para empresas asociadas a la minería. Presenta un análisis crítico del compromiso de las relaciones socioespaciales en São Gonçalo do Bação, Quadrilátero Ferrífero/MG, a partir de los intentos de obtener la aprobación legal, paralela a la licencia ambiental, de una Terminal Minera en la ciudad histórica. Si bien las consecuencias negativas de estos acontecimientos pueden percibirse a través del diálogo con los residentes y del estudio de los acontecimientos a lo largo de 10 años, estos acontecimientos quedan enmascarados por el discurso de “buena fe” de la empresa, por lo que su análisis es imprescindible.

PALABRAS CLAVE: planificación territorial. licenciamiento ambiental. grupo socioespacial. reproducción socioespacial. São Gonçalo do Bação



INTRODUÇÃO

A atuação capitalista em escala global, especialmente no que tange ao caráter seu extrativista (Gudynas, 2016)¹, tem relação direta com a formação geográfica-política-social-econômica da maior parte dos países latino-americanos (Svampa, 2019). Da devastação promovida pela colonização desses países a partir do século XV à expansão das fronteiras das commodities no neoeextrativismo no século XXI, observa-se a expansão de um nocivo modelo de exploração, veloz, transescalar e sofisticado (Zhourj; Bolados; Castro, 2016), imposto a inúmeras territorialidades por meio de diferentes estratégias.

Um importante mecanismo para a expansão e estabelecimento dessa lógica são os instrumentos de planejamento territorial. Para Lefebvre (1973), é por meio da produção do espaço, assegurada pelo Estado, que a reprodução do capital acontece, à medida que mantêm estruturas que permitem a sua (re)produção. Sejam físicas ou ideológicas, materiais ou imateriais, a forma de produção e reprodução cotidiana desses aspectos não se encontra autoevidenciada (Ibidem, 1973). Destoante de sua essência, a aparência dessas questões tende a mascarar a real intencionalidade sistêmica envolvida, obscurecendo a questão central (a reprodução das relações sociais de produção), principalmente por meio do uso de ideologias específicas (Ibidem, 1973).

Dentro desse universo se enquadra a estrutura de planejamento criada para a obtenção de licenças para a realização de empreendimentos com potencial poluidor². Seja por meio de estruturas de compensação e indenização que tendem na prática viabilizar projetos (Zhourj; Laschefski; Paiva, 2005) ou por meio da legitimação de estudos ambientais que racionalizam, simplificam, padronizam, domesticam, aplanam e normalizam a “complexidade das dinâmicas socioculturais” (Teixeira; Zhourj; Motta, 2021, p. 12), é possível indicar as diversas formas como essa contraditória arquitetura de legislações, órgãos, normativas, siglas e estudos relativos ao licenciamento ambiental tendem a prevalecer o capital, principalmente no âmbito da mineração.

Para além dos aspectos legais, ações paralelas ao processo administrativo do licenciamento influenciam diretamente nas decisões relativas ao espaço – e, portanto, na reprodução das relações sociais de produção (Lefebvre, 1973). O investimento em uma influente rede de

¹ Gudynas descreve os extrativismos da seguinte forma: “los extractivismos son un tipo particular de apropiaciones de recursos naturales caracterizados por los grandes volúmenes removidos y/o la alta intensidad, donde la mitad o más son exportados como materias primas, sin procesamiento industrial o procesamientos limitados.” (Gudynas, 2016, p. 26).

² Desde a sua criação, pressionada por bancos internacionais em 1960 e 1970 (Bronz, 2016), até as mais recentes medidas de flexibilização e descentralização em consonância com o mercado internacional de commodities (Zhourj, 2023), o licenciamento ambiental apresenta uma série de questões que afetam diretamente o cotidiano de diferentes grupos. Ao invés de amenizarem problemas sócio-ambientais como justificado, ações nesse âmbito tendem a promover uma espécie de crise contínua (Ibidem, 2023), especialmente no contexto relacionado à atividade minerária.



favoráveis ao empreendimento, associada ainda ao fomento de expectativas de geração de emprego junto à população e o gerenciamento de possíveis conflitos por parte de empreendedores, pautados no discurso desenvolvimentista (Oliveira, 2018), são alguns exemplos de ações, que mesmo antes da existência de empreendimentos, lesam diretamente o cotidiano e a vida de pessoas em espaços visados para exploração.

No âmbito do Laboratório Gráfico para Experimentação Arquitetônica (LAGEAR) da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, o qual faço parte, a desmistificação das estruturas hegemônicas cotidianas na produção do espaço e a criação de mecanismos de ampliação de possibilidades de outras formas de produção sócio-espacial de maior autonomia (Kapp, 2021b) vêm sendo discutidas desde 2020 com pessoas atingidas por processos de licenciamento ambiental. Em específico, se destaca as negativas consequências de uma década de tentativa de aprovação de um Terminal de Minério em São Gonçalo do Bação – planejado para menos de 1 km do centenário povoado localizado no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais.

Esse artigo busca aprofundar como tais processos heterônomos, legitimados pelo discurso e pelo Estado, contribuem para a desarticulação de instrumentos de reprodução das relações sócio-espaciais a partir de um conjunto de ações estratégicas estabelecidas ao longo do tempo. Essa análise é resultado da minha perspectiva técnica enquanto analista ambiental de empreendimentos minerários em conjunto com a crítica proporcionada por vivências acadêmicas, extensionistas e teóricas diretas com a região de São Gonçalo do Bação. A intenção é atuar no contínuo “desvelamento” (Freire, 2018) dessas estruturas, buscando a possibilidade de construção de caminhos de maior autonomia (Kapp, 2021b) dos envolvidos.

SÃO GONÇALO DO BAÇÃO

São Gonçalo do Bação é um povoado situado no município de Itabirito, na região da Bacia Hidrográfica do Alto do Rio das Velhas em Minas Gerais – atualmente conhecida como Quadrilátero Ferrífero. Assim como demais ocupações dessa região físico-geográfica, sua formação foi impulsionada pela mineração de ouro de aluvião no século XVIII, encontrado nos cursos d’água da região. O interesse de exploração desse recurso associado à interiorização do país por colonizadores, promoveu o surgimento de importantes arraiais do período, permeados pela religiosidade católica e pela influência portuguesa – como é o caso de São Gonçalo do Bação³.

³ O surgimento do povoado é consequência de uma promessa proferida ao santo católico São Gonçalo do Amarante pelo português Antônio Alves Bação. Essa promessa fez com que a Igreja Matriz de São Gonçalo do Amarante fosse construída, próxima à qual se estabeleceram casarões, chafarizes, muros de pedra e demais ocupações (Figura 3) (Manuelzão, 2021). Na atualidade a igreja é tombada em esfera municipal (IEPHA, 2024) e se constitui enquanto um importante ponto de encontro para a realização de celebrações religiosas, manifestações culturais, competições esportivas, reuniões, dentre outras atividades coletivas.



A inexistência de demais minerais de interesse econômico ao fim do Ciclo do Ouro, em conjunto com a posição estratégica do povoado (conectada às capitais do país Vila Rica, Rio de Janeiro e Belo Horizonte nos séculos XIX e XX) estimularam o surgimento de um cenário político-cultural-ambiental-econômico específico em São Gonçalo do Baçõ. Se destaca, assim, o significativo fluxo de informações e mercadorias enquanto parte da formação desse povoado, promovido tanto pelo deslocamento de tropeiros e viajantes entre a Serra da Moeda e a Serra de Ouro Preto, quanto pela relação direta da localidade com a Estrada de Ferro Central do Brasil por meio da Estação Engenheiro Corrêa.

Entre pequenos comércios e construções históricas, o caráter rural de São Gonçalo do Baçõ na atualidade perpassa pelas inúmeras qualidades ambientais (áreas remanescentes de mata atlântica, cachoeiras, riachos, serras), pela pluralidade cultural existente (vivenciada por meio de feiras, do artesanato e manifestações diversas)⁴ e, fundamentalmente, pela existência de relações de troca entre moradores⁵ e na sua organização em importantes grupos sócio-espaciais (Kapp, 2021a).

De acordo com Kapp (2021a), grupos sócio-espaciais correspondem a grupos cuja formação tem como característica a interdependência entre a sua estrutura social e o espaço ao qual esses se relacionam. Ainda que forjado a partir de experiências de assessoria técnica no campo da arquitetura, esse conceito pode ser utilizado como base teórica para a análise de grupos nos quais ambas as esferas (espacial e social) sejam fundamentais para sua constituição – de modo intrínseco e contínuo. Esse entrelaç, no caso de São Gonçalo do Baçõ, se associa diretamente à mobilização de grupos voltados para a discussão política da história local, das transformações do povoado e de questões de interesse dos próprios moradores.

O Grupo de Teatro de São Gonçalo do Baçõ é um dos grupos que se destaca nesse sentido. A criação de peças de teatro, festivais de inverno, festas tradicionais e outras ações ao longo de quase 30 anos, têm promovido não só processos de conscientização acerca da história local, como também a problematização de diferentes questões em curso na região, principalmente daquelas impostas à localidade. Se destaca assim, a articulação contrária à expansão de empreendimentos minerários na região em reuniões e audiências públicas, bem como a discussão de processos de compensação ambiental em conjunto com estudantes da Escola de Arquitetura da UFMG (Baltazar et al, 2023).

Da mesma forma, o Grupo Memória de Agulha, atuante em um dos principais casarões do distrito. Formado por moradoras, essa organização busca a retomada de saberes tradicionais

⁴ A Folia de Reis, a Festa do Padroeiro, as celebrações da Semana Santa e a festa junina são alguns exemplos de eventos de suma importância para a região, mobilizados com atuação dos próprios moradores.

⁵ É comum, por exemplo, a prática do plantio de hortas e ervas medicinais e a produção de queijo, leite, ovos, quitandas e outros produtos artesanais em São Gonçalo do Baçõ. Enquanto parte do cotidiano de moradores, o remanescente produzido é frequentemente trocado entre si.



loais a partir da produção de artesanato e da discussão do patrimônio histórico-cultural do distrito, desde 2008.

No que tange ao enfrentamento jurídico de processos heterônomos, vale mencionar o papel da Associação Comunitária de São Gonçalo do Bação, criada em 1988. Por meio de reuniões, denúncias, acompanhamento de decisões administrativas, esclarecimento de questões jurídicas e investigação de informações técnicas, seus constituintes buscam alternativas para a predominância do interesse dos próprios moradores nas decisões relativas à produção do seu espaço.

De criação mais recente, podem ser citados o Grupo de Escoteiros Sagobá (2022), com o trabalho de escoteiros com crianças e adolescentes, e o Grupo Vozes do Bação (2022), movimento de moradores contrários à realização de empreendimentos minerários na região.



Figura 1 - Localização de São Gonçalo do Bação (ponto branco) em relação ao Quadrilátero Ferrífero (destacado de marrom) e ferrovias da região. Fonte: Autoral (2024)



Figura 2 - Vista da paisagem de São Gonçalo do Bação (à direita da imagem, o pico de Itabirito). Fonte: Autoral (2021)



Figura 3 - Igreja Matriz de São Gonçalo do Bação e seu entorno. Fonte: Autoral (2021)



Figura 4 - Casarão do Centro Histórico de São Gonçalo do Bação. Fonte: Autoral (2021)



Figura 5 - Folias de Reis em São Gonçalo do Bação. Fonte: Maria Laura Vilhena (2024)



Figura 6 - Festa Junina em São Gonçalo do Bação. Fonte: Maria Laura Vilhena (2023)

NO FIM DO MORRO: UM TERMINAL

Tais mobilizações criadas em direta associação com o interesse coletivo, têm sido diretamente atravessadas por processos relacionados ao licenciamento ambiental de um Terminal de Minério há menos de 1 km do povoado (Figura 7).

A proposta da empresa Bação Logística S.A. consiste na implantação de estruturas para passagem do carregamento de 15.000 toneladas diárias de minério de ferro providas do transporte rodoviário para vagões da Ferrovia do Aço, localizada em um vale próximo aos povoados São Gonçalo do Bação e Mangue Seco (Instituto Gestão Verde, 2023)⁶. Ao longo de dez anos desde os primeiros indícios de tentativa de aprovação do terminal, foram implementadas diferentes estratégias para a viabilização do empreendimento, amplamente visado em função da posição estratégica em uma das principais áreas de mineração do país: o Quadrilátero Ferrífero. Essas investidas, tanto por vias legais quanto por ações paralelas a esse processo, são responsáveis por danos diretos ao cotidiano de moradores dessas localidades, como esmiuçado em sequência.



⁶ O local se trata de um antigo “bota-fora” utilizado para a construção da Ferrovia do Aço, à qual o terminal se conecta, localizado abaixo do nível de São Gonçalo do Bação.



Figura 7 - Localização do local proposto para criação do Terminal de Minério (ponto branco) em relação aos povoados São Gonçalo do Bação e Mangue Seco. Fonte: Autoral (2024)

Primeiros indícios

Na esfera do planejamento, os indícios do Terminal de Minério no Bação remetem a 2014, inicialmente a pedido da empresa Viable Consultoria. Nesse ano, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) concede à empresa a autorização de funcionamento⁷ de duas atividades, referentes ao manejo de produtos de origem mineral no mesmo local que hoje é proposto o Terminal de Minério pela Bação Logística. Ao invés de solicitada a autorização para um Terminal de Minério, são aprovadas outras tipologias de atividade (ferrovias e estocagem e/ou comércio de produtos extrativos), por meio de um tipo de processo teoricamente destinado a empreendimentos de impacto ambiental não significativo (classe 1 ou 2) (Minas Gerais, 2004)⁸.

Mesmo com a autorização, as intervenções diretas no local de interesse somente foram iniciadas 4 anos depois, em 2018. Nesse momento, são realizadas subitamente obras de terraplanagem na suposta área de implantação do empreendimento (resultados hoje observados na Figura 7), sem explicações prévias aos moradores da região. A invasão, o fluxo de maquinário, o ruído, a dispersão de particulados e a supressão vegetal foram justificadas pela obtenção de uma Licença Ambiental Simplificada⁹ (legalmente destinada a atividades de menor porte e potencial poluidor dentre as classificações existentes), requerida em função de mudanças legislativas estaduais¹⁰. Da mesma forma que anteriormente, ao invés de um Terminal de Minério, que tem como intenção a interconexão entre modais, a atividade declarada permanece relativa ao comércio e estocagem de produtos.

Esses acontecimentos levaram à mobilização institucional por parte de representantes da Associação de Moradores de São Gonçalo do Bação contra o empreendimento. As denúncias realizadas ao Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foram responsáveis pela paralisação das obras 2 meses depois, bem como a identificação de diferentes irregularidades no processo de licenciamento ambiental. A fiscalização realizada por técnicos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) resultaram em três autuações diferentes, relativas à supressão vegetal não autorizada, à captação de água irregular e ao fracionamento do licenciamento de rodovias conectadas ao empreendimento¹¹.

⁷ Autorização Ambiental de Funcionamento nº 02795/2014 (Minas Gerais, [201-?]).

⁸ Para referência, o Terminal de Minério em processo de licenciamento na atualidade é classe 4.

⁹ LAS nº 17/2018, relativo ao Processo Administrativo 4371/2018 (Minas Gerais, [201-?]).

¹⁰ Em 6 de dezembro de 2017, foi publicada a Deliberação Normativa nº 217 de 2017 (Minas Gerais, 2017), que extingue as Autorizações Ambientais de Funcionamento já concedidas e altera a lista de atividades passíveis de licenciamento ambiental.

¹¹ As irregularidades observadas por meio da vistoria técnica (Auto de Fiscalização nº 1269/2018) foram sistematizadas no Relatório Técnico de Fiscalização nº 94/2018 (Ofício nº 017/2019/NUDEN-CM-DFISC/SUPRAM-CM) (Minas Gerais, [201-?]), publicado em janeiro de 2019, e resultou nos Autos de Infração nº 127581/2018, 127582/2018 e 127583/2018.



A perturbação provocada pela presença física da empresa no Bação também foi incentivada por meio de outros eventos. Menos um mês depois da paralisação oficial das obras, a publicação estratégica de uma pesquisa realizada por uma importante instituição do município de Itabirito indicando a aprovação do empreendimento pela maior parte dos moradores causou questionamentos e incômodos à população local¹². Em uma das dinâmicas realizadas em 2021 com representantes do Grupo de Teatro de São Gonçalo do Bação (parte do processo de elaboração do meu Trabalho de Conclusão de Curso¹³) um dos moradores questiona o método de realização da pesquisa, bem como a ampla divulgação desses dados no município.

Foi muito polêmico, é... foi muito questionado na época a validade dessa pesquisa por isso, porque tinha uma figura aqui que trabalhava, estava andando junto com os pesquisadores e eles iam em determinadas casas já sabendo que aquela pessoa era favorável. E... e como eles faziam isso durante o dia, muita gente tava fora, trabalhando, tinha outras coisas, outros afazeres e não estavam em casa e aí não participaram da... da pesquisa. [...] Então foi uma pesquisa onde criou-se, assim... muito questionamento nessa questão, da validade dessa pesquisa ou, ou não, sabe... mas ficou pesquisa por pesquisa, colocaram *outdoor* por todo Itabirito, enfim... (Morador de São Gonçalo do Bação durante discussões propostas no meu Trabalho de Conclusão de Curso, 29/11/2021).

Além dos *outdoors*, a fragmentação entre os favoráveis e contrários também foi estimulada por meio de outras estratégias. Promessas de emprego e a oposição entre sitiantes e moradores são alguns desses casos. Ainda de acordo com relatos de moradores da região, contatos locais específicos eram responsáveis pela amplificação da ideia de que sitiantes seriam contra o empreendimento (“contra o progresso”) de forma a desconsiderar as supostas “oportunidades” oferecidas pela empresa aos moradores.

E acaba que eles fizeram um trabalho com as pessoas [...] com a questão do trabalho e, sabe aquela coisa do vamo dividir pra enfraquecer? A própria empresa fez isso. [...] É, e aí ficam jogando uns contra os outros nessa questão de que.. é, os sitiantes que são contra o progresso, sabe? E a questão do, vai surgir emprego, oportunidade... É muito, isso foi assim... o pessoal da empresa fizeram isso direitinho, sabe. Que foi de procurar quem são essas

¹² A pesquisa, contratada pela Bação Logística e realizada pela Agência de Desenvolvimento Econômico e Social de Itabirito (Adesita), indica que 72% da população de São Gonçalo do Bação era favorável ao Terminal de Carga e descarga de minério no Bação no momento da aplicação do questionário (Sou notícia, 2018). Segundo a instituição responsável, foram aplicados 241 questionários com a população local (Ibidem, 2018).

¹³ Enquanto trabalho final de graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFMG busquei discutir com moradores de São Gonçalo do Bação sobre as transformações sócio-espaciais da região por meio da interconexão entre aspectos associados aos empreendimentos minerários, aos modos de vida, às qualidades ambientais e à história local (Bartholo, 2022). A sistematização dessas informações pode ser acessadas por meio do link: <https://descaminhoss.wixsite.com/bacao>



peças que são a favor deles. (Morador de São Gonçalo do Bação durante discussões propostas no meu Trabalho de Conclusão de Curso, 29/07/2021).

Eles se infiltraram né, [...] tão bem infiltrados mesmo, já tem as pessoas com quem falar pra saber que aquela pessoa específica vai conseguir espalhar essa notícia de uma maneira muito rápida e, sei lá, gerar polêmica, o intuito é sempre assim, gerar polêmica. Coloca pulga atrás da orelha da galera, continua deixando eles uns contra, uns contra os outros porque nesse meio tempo é o tempo que eles tem pra ir camuflando tudo que eles precisam aí. O pessoal tá todo dia no fim da tarde discutindo se o negócio é viável, não é, e enquanto isso eles tão assinando os papéis lá pra já deixar pronto. (Morador de Mangue Seco durante discussões propostas no meu Trabalho de Conclusão de Curso, 29/07/2021).

Apesar desse esforço para a aprovação social e legal do empreendimento, em 2019, a Bação Logística optou pelo cancelamento da LAS, sob a justificativa de simples “divergências interpretativas”¹⁴ entre os órgãos licenciadores. Não coincidentemente, a decisão veio após a instauração de um Inquérito Civil pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG-0319.18.000292-9), que buscava apurar a regularidade ambiental do empreendimento e os possíveis danos ao meio ambiente e patrimônio cultural de São Gonçalo do Bação¹⁵.

Segunda tentativa

No mesmo ano, dá-se início à segunda tentativa de licenciamento ambiental do empreendimento – a primeira a tratar explicitamente de um Terminal de Minério. Agora em esfera estadual, a licença solicitada é do tipo Licença de Implantação Corretiva (que reconhece a necessidade de correção de determinadas questões em função das irregularidades anteriores) e Operação, concomitantemente, no modelo denominado Licença Ambiental Concomitante 2. Dois meses depois, a Bação Logística firma um Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TAC)¹⁶ perante a SUPRAM-CM, solicitado pela própria empresa (Minas Gerais, [201-?]). As atividades determinadas por esse documento, apesar de serem justificadas pelo suposto benefício a questões ambientais e sociais, têm como consequência direta a continuidade da atuação da empresa na região a partir de medidas de monitoramento e controle ambiental, da elaboração de relatórios e da organização de eventos públicos, prolongando também possíveis problemáticas nesse âmbito.

¹⁴ "Em virtude de divergências de interpretações normativas da SEMAM e da SEMAD quanto à tipologia em que melhor se enquadre o empreendimento, a Bação Logística S.A. solicitou o cancelamento da LAS emitida pelo Município de Itabirito, de forma a buscar novo licenciamento ambiental, desta vez junto ao órgão ambiental estadual, de forma a superar tal divergência interpretativa." (Minas Gerais, [201-?]).

¹⁵ De acordo com a plataforma oficial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), o Inquérito se encontra encerrado (Ministério Público de Minas Gerais, 2024).

¹⁶ Esse documento incumbe à Bação Logística determinadas atividades e prazos tendo como base o reconhecimento dos autos de infração lavrados anteriormente.



Ao longo de 2019, 2020 e 2021 a empresa realiza as atividades propostas pelo TAC e outras ações. Nesse período, um importante evento relativo ao empreendimento foi a radical alteração do posicionamento de representantes do Conselho Consultivo e Deliberativo do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Itabirito (CONPATRI) em relação à realização do empreendimento. Se em agosto de 2021 prevalecia o voto contra o terminal de minério (8 a 2), a mudança do voto de 50% dos representantes após recurso da Bação Logística, fez com que o posicionamento oficial do conselho se tornasse imediatamente favorável (3 a 7) – mesmo sem alterações no projeto (Manuelzão, 2022).

Além do novo parecer, uma outra alteração administrativa foi o direcionamento do empreendimento à Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI)¹⁷. Justificada pela suposta relevância do projeto para o Estado de Minas Gerais, essa alteração fez com que o processo de licenciamento ambiental do empreendimento fosse agora reconhecido como prioridade do Estado, sendo, assim, encaminhado por procedimentos que buscam agilizar sua análise.

Mesmo com essas diferentes tentativas administrativas de legitimação do empreendimento (a assinatura do TAC, a alteração do posicionamento do conselho de patrimônio municipal e a priorização pelo Estado), no fim de 2022, Bação Logística opta pelo arquivamento do processo – apenas para iniciar outro, menos de um mês depois.

Melhor de três

Em janeiro de 2023, o empreendedor solicita mais uma vez a obtenção de uma licença ambiental perante o Estado (LAC 2 nº 428/2023), ainda que a atividade, a classe (o potencial poluidor e o porte), a empresa, o projeto, o local e o órgão responsável pela análise sejam os mesmos do processo anterior.

Uma grande diferença, entretanto, foi o investimento massivo da empresa na realização de múltiplos eventos e ações sociais no município, anteriores à existência de qualquer tipo de licença do terminal¹⁸. A doação de cestas básicas, a criação de um escritório em São Gonçalo do Bação, o emprego de pessoas locais nesse espaço, a distribuição de camisetas e cartazes aos grupos favoráveis ao empreendimento, a publicação de vídeos e notícias de ações com crianças, a predominância do uso do termo Terminal Ferroviário ao invés de Terminal de Minério, a participação financeira em eventos escolares internos, a duplicação de eventos/ações

¹⁷ Em fevereiro de 2022, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE) do Estado de Minas Gerais determina que o projeto “Implantação de um terminal rodoferroviário de cargas no município de Itabirito” do empreendedor Bação Logística S.A. seja de caráter prioritário para o estado, justificado pela redução do fluxo de caminhões de minérios das estradas e rodovias de Itabirito e região, ainda que sua pontuação final por meio da metodologia utilizada não atendesse aos critérios estabelecidos (Minas Gerais, 2022).

¹⁸ Por meio do levantamento de dados secundários disponíveis em sites de notícias e informativos da empresa, foram identificados 21 eventos realizados pela empresa em Itabirito entre maio de 2023 e abril de 2024.



tradicionais locais¹⁹, a criação de um informativo para divulgação dessas e outras ações, a promessa de mitigação de impactos, o oferecimento de aulas de música e inglês, a desqualificação de importantes grupos contrários e a exaltação dos benefícios proporcionados pela concentração de 900 carretas por dia próxima ao povoado (proporcionadas em caso de criação do Terminal) são alguns exemplos dos recentes feitos da empresa²⁰ – reforçados por uma ampla rede de influência com participação do chefe executivo municipal.

Mesmo com as inúmeras interferências diretas no povoado, o que se afirma é que “ela (a empresa) tem boa fé. Ela não quer entrar no território de forma invasiva” (diretora institucional e de sustentabilidade da empresa, audiência pública acerca do Terminal de Minério, 19/04/2024)²¹.

Na prática, o discurso da criação de “laços com a comunidade”, da “escuta ativa”, da “transparência”, da “participação popular”, da “responsabilidade social” e da “boa fé”²² promove um contínuo, profundo e mascarado processo do desmantelamento de importantes estruturas sociais, espaciais e sócio-espaciais até então existentes. Se trata de uma ampla mudança nos modos de ser, fazer e viver (Zhourri, 2018) impulsionada pela invasão do espaço (por meio da criação de um escritório da empresa, da presença de novas pessoas no povoado, da realização súbita de obras irregulares), pela fragmentação social (a partir da distribuição de uniformes, da acusação de grupos contrários ao terminal, da realização de eventos similares a outros pré-existentes, da divulgação de pesquisas contraditórias, da oferta de cursos e brindes), pelo desgaste físico e mental (resultado das inúmeras reuniões, do conflito de informações, da sensação de insegurança, instabilidade e impotência) e de outras inúmeras consequências negativas das diferentes tentativas de licenciamento de um mesmo Terminal de Minério.

É possível observar como a lógica de reprodução de grupos sócio-espaciais é diretamente prejudicada pelo dano a estruturas sociais, espaciais e sócio-espaciais, antes base para a sua organização contínua com o espaço. A análise crítica desses desdobramentos destaca o vão entre a noção de “impacto” considerado pela empresa (geração de emprego e melhora do tráfego)²³ e os acontecimentos observados no povoado (desarticulação sócio-espacial).

¹⁹ Se antes o Grupo Memória de Agulha, criado há 16 anos por moradoras de São Gonçalo do Bação era o principal grupo voltado para a retomada de práticas tradicionais de costura da região, hoje existem Memória de Agulha e o projeto Tecendo Raízes, criado pela Bação Logística. Da mesma forma, a feira local: o que era realizado pela Feira Bação Cultural, criada há 10 anos pelo Grupo de Teatro de São Gonçalo do Bação, hoje é feito pela Feira Bação Cultural e pela Feira da Comunidade, implantada em 2023 pela Bação Logística. A tradicional festa junina, realizada pela mobilização popular, idem: entre os moradores há o anúncio de uma sócia financiada pela Bação Logística para 2024.

²⁰ Além dos eventos mencionados, criados voluntariamente, outros vários surgirão a partir da assinatura do Termo de Compromisso da Bação Logística com o MPMG em outubro de 2023. De acordo com o documento, R\$ 1.748.982,69 devem ser destinados a projetos socioambientais na região (Ministério Público de Minas Gerais, 2023).

²¹ A gravação na íntegra pode ser acessada por meio do link: <https://www.youtube.com/watch?v=7BojSkPhGNo>

²² Termos comumente utilizados pela empresa.

²³ Impactos socioeconômicos considerados pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendimento publicados ao final de 2023 (Instituto Gestão Verde, 2023).



A capacidade destrutiva de um empreendimento que não existe fisicamente pode parecer incoerente. “Como ele pode ser destrutivo se ele nunca operou?”, questiona uma das principais representantes da empresa. Desconsidera-se, entretanto, os desdobramentos das inúmeras ações, concretas e intangíveis, legais e paralelas ao licenciamento, que existem e já existiram ao longo de 10 anos de tentativas de implementação. A mudança de hábitos, a fragilização das relações comunitárias e demais aspectos vivenciados no Bação dão peso e endereço às abstrações fantasiosas do planejamento, associadas (em essência) à reprodução do capital (Lefebvre, 1973).

Para fins de contextualização, o processo de licenciamento se encontra, até o momento de escrita desse artigo, em maio de 2024, no aguardo da resposta oficial do órgão licenciador após a realização de audiência pública para discussão do EIA/RIMA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja por meio de determinações legais ou de ações paralelas ao âmbito administrativo, é evidente como o processo de licenciamento ambiental se relaciona diretamente à fragilização dos instrumentos cotidianos de reprodução sócio-espacial, como é o caso observado em São Gonçalo do Bação. Uma estrutura até então formada pela mobilização social, por relações de confiança, por condições físicas do espaço e demais aspectos construídos pelos próprios moradores ao longo do tempo, é diretamente afetada por processos heterônomos pautados pelo capital. O contraste entre a aparência e essência dessas ações torna fundamental o seu questionamento, bem como a análise cuidadosa dos acontecimentos passados e atuais tendo como horizonte futuros de maior autonomia.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fapemig, da Pró-Reitoria de Extensão da UFMG e de moradores do Bação.

REFERÊNCIAS

BALTAZAR, Ana Paula; CABRAL FILHO, José dos Santos; BARTHOLO, Beatriz Ribeiro; MORITANI, Gustavo; PAIVA, Luísa Cota Perdigão. **Technological appropriations for socio-spatial transformation in São Gonçalo do Bação**. In: XXVI Sigradi – XXVI International Conference of the Iberoamerican Society of Digital Graphics. Lima: Universidad Peruana de Ciencias Aplicadas (UPC), 2022, pp. 847–856.

BARTHOLO, Beatriz Ribeiro. **Do ouro de aluvião à mesa de poeira**: problematizações sobre a influência da mineração nas transformações do cotidiano de São Gonçalo do Bação, MG. Trabalho de conclusão de curso. Or. Prof. Ana Paula Baltazar. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

BRONZ, Deborah. **Nos bastidores do licenciamento ambiental**: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.



GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos em America del Sur: conceptos y sus efectos derrame. In: ZHOURLI, Andrea; BOLADOS, Paola e CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e Lutas Territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.

IEPHA - INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Relação de Bens protegidos por tombamento, pela União, pelo Estado e pelos Municípios (apresentados ao ICMS-Patrimônio Cultural) - até o ano de 2022 / Exercício 2024**. [s.d]. Disponível em: https://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/documentacao_recebida_pontuacao/RELACAO_BENS_PROTEGIDOS_TOMBAMENTO_EX2024.pdf. Acesso em: 12 maio 2024.

INSTITUTO GESTÃO VERDE. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA: Terminal Ferroviário de Baçõ**. [S.l]: Instituto Gestão Verde, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2018.

KAPP, Silke. Grupos sócio-espaciais. In: KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana (eds.). **Moradia e outras margens**. Volume 1. Belo Horizonte: MOM, 2021a, pp. 151–170.

KAPP, Silke. Moradia e Contradições do Projeto Moderno. In: KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana (eds.). **Moradia e outras margens**. Volume 1. Belo Horizonte: MOM, 2021b, pp. 179–190.

LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Tradução: António Ribeiro e M. Amaral. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MANUELZÃO. **São Gonçalo do Baçõ**. 2021. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/biblioteca/sao-goncalo-do-bacao/>. Acesso em: 12 maio 2024.

MANUELZÃO. **Conselho muda voto e autoriza terminal minerário ao lado de São Gonçalo do Baçõ, distrito bicentenário**. 2022. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/conselho-muda-de-ideia-e-autoriza-terminal-minerario-ao-lado-de-sao-goncalo-do-bacao-distrito-bicentenario/>. Acesso em: 12 maio 2024.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). **Deliberação Normativa nº 74, de 09 de setembro de 2004**. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual, determina normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização ambiental e de licenciamento ambiental, e dá outras providências. Minas Gerais: Diário do Executivo de 09/09/2004.

MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). **Deliberação Normativa nº 217, de 06 de dezembro de 2017**. Estabelece critérios para classificação, segundo o porte e potencial poluidor, bem como os critérios locais a serem utilizados para definição das modalidades de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Minas Gerais: caderno 1: diário do Executivo, Belo Horizonte, ano 125, n. 227, p. 14-33, 8 dez. 2017.



MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico. **Deliberação GDE nº 04 de 11 de fevereiro de 2022**. Ref.: encaminhamento para análise de projeto(s) de relevância para o desenvolvimento social e econômico. Belo Horizonte, 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Pesquisa de Processos e Procedimentos**. [s. d]. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/main.jsp?lumPagelId=2C96808778A843160178A8867E0B1AFE&luml=br.mp.mpmg.portal.service.consultaprocessual.primeiraInstanciaDetails&itemId=9633276>. Acesso em: 12 maio 2024.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **MPMG e Bação Logística assinam TAC prevendo medidas de prevenção e reparação de danos em empreendimento na zona rural de São Gonçalo do Bação**. 2023. Disponível em: <https://www.mpmg.mp.br/portal/menu/comunicacao/noticias/mpmg-e-bacao-logistica-assinam-tac-prevendo-medidas-de-prevencao-e-reparacao-de-danos-em-empreendimento-na-zona-rural-de-sao-goncalo-do-bacao.shtml#:~:text=O%20Minist%C3%A9rio%20%C3%ABlico%20de%20Minas,patrim%C3%B4nio%20cultural%20em%20virtude%20de>. Acesso em: 12 maio 2024.

OLIVEIRA, Raquel. O duplo engajamento pesquisa-assessoria: relatos de experiências e alguns desafios. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza et al. (org.). **A Antropologia e a esfera pública no Brasil: perspectivas e prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia em seu 60º Aniversário**. Rio de Janeiro: E-papers, 2018, pp. 157-177.

SEMAD - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Sistema Integrado de Informação Ambiental**. Minas Gerais, [201-?]. Disponível em: <https://www.siam.mg.gov.br/siam/processo/index.jsp>. Acesso em: 12 maio 2024. Base de Dados.

SOU NOTÍCIA. **Gerente executivo da Adesita fala sobre pesquisa da Bação Logística, desemprego e projetos sociais**. 2018. Disponível em: <https://www.sounoticia.com.br/noticia/60785/geral/gerente-executivo-da-adesita-fala-sobre-pesquisa-da-bacao-logistica-desemprego-e-projetos-sociais-16102018>. Acesso em: 12 maio 2024.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Trad: Lígia Azevedo. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

TEIXEIRA, Raquel; ZHOURI, Andréa.; MOTTA, Luana. Os estudos de impacto ambiental e a economia de visibilidades do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. [s. l.], v. 36, n. 105, 2021.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. Introdução. In: **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.

ZHOURI, Andréa. Crise como criticidade e cronicidade: a recorrência dos desastres da mineração em Minas Gerais. **Revista Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: UFGRS, ano 29, n. 66, pp. 2-31.

ZHOURI, Andréa. Introdução: produção de conhecimento em um 'campo minado'. In: **Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana, 1ed, 2016, pp. 8-26.



ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, pp. 89-116.

ZHOURI, Andréa; TEIXEIRA, Raquel Oliveira; ZUCARELLI, Marcos Cristiano; VASCONCELOS, Max. O desastre no Rio Doce: Entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In: ZHOURI, Andréa (org.) **Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção do conhecimento no Brasil**. Marabá: Editorial iGuana, 1ed, 2016, pp. 28-64.